

TRABALHO IMATERIAL E ALGUMAS ANOTAÇÕES CONTROVERSAS¹

MARIA CRISTINA SOARES PANIAGO

Prof. Doutora em Serviço Social

Universidade Federal de Alagoas

1. INTRODUÇÃO

Vivemos, hoje, num mundo transformado economicamente, se considerarmos o desenvolvimento das forças produtivas e a acumulação de riquezas alcançados nos últimos 50 anos.

Compreender as transformações ocorridas e suas implicações nas relações e na reprodução humano-sociais tem mobilizado as mais diversas forças intelectuais e políticas. Por um lado, há aqueles que se interessam pela acentuação das tendências atuais de acumulação do capital, e se esforçam em encontrar solução para a crise enfrentada pelo capitalismo nas últimas décadas.

Desenvolvem, nesse sentido, uma multiplicidade de estratégias produtivas inovadoras, resultando numa reestruturação produtiva global, na qual os antigos padrões fordistas de produção são profundamente alterados. As inovações têm em vista a reversão da queda dos ganhos de produtividade e o restabelecimento, a níveis satisfatórios, da taxa de lucro, mas para isso, e aí localiza-se um importante fator “inovador”, deve-se contar com a total integração e adesão do trabalhador aos princípios da reprodução ampliada do capital. Entra em cena um “mundo novo” orientado pelo “espírito civilizatório” da globalização, onde desaparece a luta de classes e surge o paradigma da cooperação produtiva: trabalhadores e capitalistas movidos por interesses comuns. É esse fundamento que sustenta conceitos tais como Controle de Qualidade Total (TQC), Produção Enxuta (toyotismo) e Reengenharia Social.

Essas modificações no plano da produção material de riqueza têm forjado, ainda, como eficiente acessório ideológico, uma ampla confusão teórica e política nas fileiras do movimento operário e afins. Como resultado temos o enfraquecimento da resistência dos trabalhadores enquanto classe e uma acentuada heterogeneização em suas fileiras, motivada pela flexibilização e

¹ Texto publicado na Revista Serviço Social & Movimento Social – v.2 - n.1 - EDUFMA (Editora da Universidade do Maranhão)- 2000

desregulamentação do trabalho, o que tem contribuído, e constitui um pré-requisito indispensável, à vitoriosa consolidação da reestruturação produtiva e do neoliberalismo, até agora inquestionado definitivamente.

Sob outro ponto de vista, encontram-se aqueles que se esforçam em encontrar alternativas à lógica reprodutiva dominante do capital que não impliquem na exploração do trabalho alheio e na produção de desumanidades pelos homens. As modificações introduzidas nos processos produtivos com a reestruturação produtiva, e os impactos sofridos pela subjetividade do trabalhador sob pressão do desemprego e dos atrativos compensatórios da colaboração e da parceria, no entanto, lhes oferecem uma realidade em acelerada transformação, colocando novos problemas aos projetos de transformação da sociedade.

Dentro desse espectro de forças teórico-políticas encontramos as mais variadas interpretações dos fenômenos atuais, entre as quais estão aquelas que defendem as teses do fim da sociedade do trabalho, do papel inovador do terceiro setor, da urgência de um modelo auto-gestionário e do conteúdo emancipador do trabalho imaterial, entre outras.

Trataremos de discutir, neste artigo, algumas das principais teses de uma tentativa de explicação teórica dos fenômenos específicos ao período denominado de pós-fordismo, para a qual a centralidade do trabalho imaterial na reprodução social assume um papel fundamental. Como também, de levantar algumas questões teóricas que evidenciem o que há de controverso quanto ao conteúdo emancipatório atribuído às recentes transformações nas relações capital-trabalho. Para isso, inicialmente, buscamos em Marx, e em sua crítica aos economistas clássicos, alguns elementos indispensáveis à compreensão teórica dos conceitos envolvidos.

2. MARX E O TRABALHO “IMATERIAL”

O conceito de trabalho imaterial não é novo, ou melhor, a contraposição entre trabalho imaterial e material remonta à Economia Clássica.

No desenvolvimento de sua crítica à Economia Política, a Marx não passou despercebida a necessidade de distinguir as naturezas específicas da produção material e espiritual², e para isso utilizou-se de polêmicas travadas no interior da própria Economia Clássica. Na Teorias sobre a Mais-Valia³ discute com seus predecessores e, mais, reproduz as polêmicas travadas entre eles. Nessas

² Nas *Teorias sobre a Mais-Valia* (tanto na edição em espanhol aqui utilizada, como no original em alemão vol.26.1 das *Werke*, edição da *Dietz Verlag Berlin*, 1965) aparece o termo *trabalho ou produto imaterial* quando Marx está se referindo à argumentação de outros teóricos; ele os coloca, geralmente, entre aspas (Marx, 1974:225/240). Em seu lugar, quando se trata de especificar o que ele pensa sobre o conceito, Marx utiliza-se dos termos *produtos espirituais* (Marx, 1974:240-241) ou *produção não material* (Marx, 1968:397 e 1974:346).

³ Refiro-me ao Livro IV d'O Capital, composto por manuscritos inacabados de Marx, cuja publicação era intenção de Engels, mas impossibilitado por sua morte, foi realizada por Kautsky que “preferiu fazer um livro ‘paralelo’ aos três outros já publicados.” Recebeu, então, o título de “Teorias sobre a Mais-Valia”. (Rubel,1968:363)

anotações históricas, Marx refere-se a uma crítica que Henri Storch faz (em sua obra sobre Economia Política publicada em 1823) a Smith por este não haver “distinguido os valores imateriais da riqueza”⁴.

Segundo Storch, a riqueza nacional concebida por Smith não compreendia os valores imateriais produzidos, e mesmo aqueles que perceberam problemas na concepção de Smith, ainda cometiam o equívoco de considerarem “a criação de produtos espirituais ou de serviços” como produção material, portanto, submetidos às mesmas leis.

Se por um lado Storch tentava apontar aspectos de maior complexidade na conceituação de riqueza nacional, e incluir como seu componente o trabalho imaterial, por outro, ao conceber a produção material como produção em geral, destituída de sua forma histórica capitalista (que a faz, portanto, diferente das formações sociais anteriores), ele se viu privado, segundo Marx, “da única base a partir da qual pode-se entender, em parte os componentes ideológicos da classe governante, em parte a livre produção espiritual dessa formação social especial.”

Isso porque,

Se a produção material não se concebe por ela mesma em sua forma histórica específica é impossível entender o que há de específico na produção espiritual correspondente a ela, e a influência recíproca de uma sobre a outra. E então não se pode ir além das vacuidades. (Marx, 1974:241),

Permanece-se num beco sem saída se se restringe a discussão sobre a produção material, ou não-material, à sua forma mesma. Somente a partir de uma produção material historicamente constituída se pode entender de que sociedade se trata e qual relação com a natureza é estabelecida pelos homens, e, então, também definir a produção espiritual, uma vez que é determinada por ambas⁵.

Essa confusão conceitual sobre as formas específicas adotadas pelo trabalho e os produtos do trabalho, se material ou imaterial, se produtivo ou improdutivo, encontra outros exemplos ainda no âmbito da Economia Clássica. Na mesma obra, Marx faz referência às idéias defendidas por Say⁶, que denomina os produtos consumidos no instante de sua produção de produtos imateriais, ao contrário de Smith que os insere na esfera do trabalho improdutivo,

Para Marx (1974:225),

Monsieur Say chama a estes “serviços” consumidos, ou a seus produtos, resultados – em uma palavra, a seu valor de uso -, “produtos imateriais ou valores que se consomem no instante de sua produção”. Em lugar de chamá-los “improdutivos”, os denomina “criadores de

⁴ Ver “[16] Henri Storch [Enfoque antihistórico del problema de la interacción entre la producción material e espiritual. Concepción del ‘trabajo inmaterial’ ejecutado por la clase gobernante]. *In* Marx (1974:240-242)

⁵ “da forma específica da produção material surge, em primeiro lugar, uma estrutura específica de sociedade, e em segundo lugar, uma relação específica dos homens com a natureza. Seu Estado e sua concepção espiritual estão determinados por ambas. Portanto, também o tipo de sua produção espiritual.” (Marx, 1974:241)

⁶ Ver “[13] La concepción de Say sobre los ‘productos inmateriales’. Reivindicación del crecimiento ilimitado del trabajo improdutivo]. *In* Marx (1974:225-227).

produtos imateriais”. Lhes dá outro nome. (...). Portanto, inventa um novo nome para os trabalhos improdutivos. Esse é seu tipo de originalidade, seu tipo de produtividade e sua maneira de fazer descobrimentos.

A distinção entre os tipos de produtos baseia-se, em Say, na utilidade que eles possuem em si, nos valores de uso. Os produtos imateriais só são produtivos na medida em que conseguem garantir uma utilidade crescente do produto. A partir de uma certa quantidade deixam de ser úteis e passam a improdutivos. Para Marx (1974:226), dessa forma, “Say confunde a utilidade com o valor de troca”.

Na definição de um produto imaterial, a utilidade (e ela não pode ser garantida *a priori*) encontra-se subsumida ao pagamento do serviço, à relação de troca. Nesse momento, “não importa absolutamente que o médico me cure, que o ensino do professor seja eficaz, que o advogado ganhe meu processo.” (Marx,1968:397) O que, de fato, é definitivo para definição do caráter econômico de um produto é a relação instituída com o processo de realização do capital, da troca de mercadorias, e não a utilidade do serviço.

Ganha importância nessa discussão o caráter produtivo ou improdutivo dos produtos, sendo insuficiente sua caracterização apenas como produto material ou imaterial. Marx utiliza, com o fim de esclarecer as reais implicações de um modo historicamente determinado de produção, os conceitos de trabalho produtivo e improdutivo⁷, que como vimos, ao ironizar Say, é um conceito mais abrangente e explicativo dos fenômenos que se pretende tratar, na medida em que explicita a forma histórica vigente de produção, cuja característica fundamental é a relação entre os valores de troca e não os valores de uso.

Nesse sentido, ao exemplificar o que seria um serviço resultante de um trabalho não-material Marx (1968:397) afirma que

a utilidade particular deste serviço não modifica em nada a relação econômica; esta não é uma relação dentro da qual eu transformo o dinheiro em capital, ou que aquele autor do serviço, o professor, me transforme em seu capitalista, seu patrão.

O serviço prestado, por exemplo, pelo professor ao aluno, além de caracterizado como não-material, necessita de melhor determinação de suas específicas relações com a produção de mercadorias. Sob essas condições, ele seria facilmente reconhecido como uma atividade improdutiva, uma vez que não produz nada mais do que a satisfação de uma necessidade imediata e desaparece no ato do consumo – não produz mais-valia, não acrescenta valor ao produto gerado. O ato de consumo de um produto de trabalho improdutivo caracteriza apenas a realização da renda adquirida em outra esfera da atividade econômica pelo capitalista, ou seja, ele consome “uma parcela dos valores de troca produzidos pelos demais.” (Braverman,1981:354)

⁷ Sob o título de “Producción Inmaterial”, Marx (1968:396-401) analisa os exemplos como o do advogado, do médico, do professor, etc., do ponto de vista do trabalho produtivo e improdutivo, uma vez que é a relação econômica, onde se transforma o dinheiro em capital, que é determinante.

Mas o trabalho não-material realizado pelo mesmo professor pode adquirir outro significado ao entrar na cadeia de produção de mercadorias, e caso seja do interesse da reprodução do capital. Pode ser um produto não-material, mas, o que é mais fundamental, pode exercer uma função produtiva no conjunto da cadeia produtiva. Dois casos em que isso ocorre, são analisados por Marx (1968:398):

quando “A produção é inseparável do ato do produtor” (artistas, oradores, atores, professores, etc.), mas encontra-se alocado pelo proprietário de um teatro, de uma escola, etc. Neste caso, “o ator é um artista aos olhos do público, mas, em relação ao patrão, ele é um trabalhador produtivo.”

aqueles produtos que independentes do produtor e do consumidor tornam-se mercadorias vendáveis no intervalo entre a produção e o consumo. Por exemplo, o livro, ou “todos os produtos de arte separados do trabalho específico do artista criador”. É uma “forma de transição em direção ao modo de produção capitalista propriamente dito”.

Não basta analisar o resultado de uma atividade produtiva em si, mas ela adquire significado somente quando inserida nas relações sociais de produção historicamente determinadas. O conceito de produto não-material (ou imaterial, para outros) pouco esclarece as relações presentes em cada ato de produção⁸, pois se carece elucidar como ele se insere na cadeia produtiva como um todo, e que função desempenha no sistema de produção de mercadorias, e, por conseguinte, na acumulação de capital. De outra maneira, corre-se o risco de transformá-lo em um conceito lógico-formal, autojustificável, descolado dos fenômenos que se pretende explicar. Nesse sentido, é inviável referir-se ao trabalho não-material sem que se leve em conta que

A distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo é importante em relação à acumulação, uma vez que somente a troca contra o trabalho produtivo é uma das condições da reconversão da mais-valia em capital. (Marx, 1968:398)

Tanto o trabalho produtivo como o improdutivo encontram-se estreitamente articulados no conjunto das relações de produção capitalistas, o que não quer dizer que desempenhem o mesmo papel na realização da mais-valia como capital. Devemos levar em conta que o trabalho improdutivo não constitui a mola mestra da produção do excedente, elemento vital ao modo de produção atual, exatamente por ser realização e consumação da renda gerada em outro extremo (e dependente) da cadeia de produção de valor. Neste sentido, mantém uma estreita vinculação com o trabalho produtivo, e nas condições atuais, encontra nele o limite de seu crescimento.

Já houve épocas em que a tendência dominante, como na transição do feudalismo ao capitalismo, era a transformação das atividades improdutivas em produtivas, condição indispensável à universalização da acumulação de capital. Hoje, com o aumento crescente da produtividade do

⁸ De acordo com Braverman (1981:349), “a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, que despreza sua forma concreta a fim de analisá-lo como forma social, longe de ser uma abstração ociosa, representa uma questão decisiva na análise do capitalismo, e mostra-nos uma vez mais como as formas sociais dominam e transformam a significância das coisas e processos materiais.”

trabalho produtivo, e sua resultante direta - a redução de postos de trabalho, ocorre um aumento do trabalho improdutivo como forma de queima do excedente acumulado.

Segundo a análise desenvolvida por Marx, o trabalho improdutivo

não produz valor e valor excedente, e, por conseguinte aumenta não como causa, mas, muito pelo contrário, como consequência da expansão do valor excedente. (Braverman, 1981:357)

A produção imaterial só pode ser apreendida em todas suas implicações quando relacionada à função social que desempenha e à relação que mantém com a forma de produção e reprodução mediadas pela valorização do capital, uma vez que esta se encontra dominante em todas as relações capilares da vida social. Pode estar comprometida, portanto, com as determinações imanentes tanto do trabalho produtivo, como do improdutivo, além de guardar uma vinculação indissociável com a produção material de riquezas (com a ação humana sobre a natureza), ainda que em graus e intensidade variáveis, a depender do período histórico.

Se no passado, quando o capitalismo manifestava suas facetas mais singulares, a polêmica sobre trabalho material e imaterial, produtivo e improdutivo, já demandava tempo e estudos dos teóricos da burguesia, podemos imaginar que essa discussão hoje, no mínimo, deve refletir as complexidades adicionais das relações de produção capitalistas nessa era denominada de pós-fordismo.

Essa temática (natureza específica de cada forma de trabalho), ainda cercada por polêmica e considerada por muitos não conclusiva, tem-se feito presente nas interpretações correntes das transformações sofridas pelo mundo contemporâneo, e, em algumas delas, tem adquirido uma posição central. Pretendemos, a seguir, levantar alguns elementos fundamentais que dão sentido ao crescimento atual do que se tem chamado de trabalho imaterial, como também expor algumas objeções ao caráter emancipatório atribuído a ele.

3. O PÓS - FORDISMO E A 'METAMORFOSE' DO CAPITALISMO

Com a crise do fordismo, modelo de produção industrial que se consolidou no pós-guerra, inúmeras inovações nas relações de produção e processos de trabalho tornaram-se necessárias como parte da estratégia de reação ao aprofundamento da crise e à interrupção do movimento de expansão do capital.

A busca de mercados virgens que antes, na fase de desenvolvimento do capitalismo, alimentava o movimento expansivo do capital é substituída pela globalização e sua lógica de intensificação dos potenciais produtivos já existentes. Junto a isso se desenvolve um aparato político-institucional adequado que vai resultar no retorno do mercado (não mais se fala no Estado interventor) como

regulador independente das relações econômicas. A globalização se articula com a ideologia neoliberal e dá seguimento às transformações exigidas pelo novo padrão de acumulação, mais conhecido como pós-fordista, numa tentativa de solucionar a crise do fordismo.

Muda o papel do Estado com a transformação de atividades improdutivas em produtivas (privatização), alteram-se os processos de trabalho e as relações de produção na empresa como meio de se aumentar a produtividade e de se quebrar a resistência do trabalho (reestruturação produtiva, flexibilização do trabalho e desregulamentação dos direitos e garantias sociais), reunificam-se os capitais como forma de evitar a apropriação do valor produzido pelos concorrentes (aquisições e fusões de grandes empresas), enfim, “a ‘globalização’ exige uma forma de ‘regulação’ política econômica liberal, sem o que o mercado não pode afirmar-se como mercado mundializado.”(Teixeira, mimeo I :25)

É dentro desse mundo em transformação (e em ebulição) que o “capital pode, hoje, se libertar dos grilhões legais a ele impostos e reclamar, em alto e bom som, o seu domínio quase completo sobre toda a sociedade.”(Teixeira, mimeo II :26) Mas quais transformações induzidas por esse novo padrão de acumulação estariam atuando sobre as relações de trabalho?

O pós-fordismo, segundo Gorz (1998:42), revela duas tendências: (1) “o anúncio de uma *possível* reapropriação do trabalho por parte dos trabalhadores”, e (2) “a regressão até uma sujeição total, uma quase condição de vassalagem da pessoa mesma do trabalhador.” Elas se inserem num contexto historicamente específico em que a correlação de forças encontra-se muito débil para o lado dos trabalhadores, estando o capital, ainda que em crise, com o poder da iniciativa.

Sob esses dois horizontes que, como veremos, não possuem uma distinção tão esquemática, procuraremos examinar alguns pressupostos teóricos daqueles que acreditam estarem dadas as condições essenciais, a partir das transformações que caracterizam o chamado pós-fordismo, à “reapropriação do trabalho por parte dos trabalhadores”. É aí que se enquadram, de acordo com Gorz (1998:50), os “teóricos da intelectualidade de massa⁹”, para os quais a autonomia e a emancipação já são uma realidade atual.

Segundo autores como M.Lazzarato¹⁰ e A.Negri, “o trabalho se delineia imediatamente como livre e como construtivo.” Enquanto “O capital se torna um aparato vazio, de restrição, um fantasma, um fetiche”¹¹. Isso se torna possível uma vez que “o processo de produção de subjetividade, (...), se constitui ‘fora’ da relação com o capital, *no seio* dos processos constitutivos da intelectualidade de massa, isto é, na subjetivação do trabalho.”

⁹ A intelectualidade de massa compreende os trabalhadores, desempregados e precários típicos do pós-fordismo.(Gorz,1998:50)

¹⁰ Conforme a publicação *Futur Antérieur* – n.6, pgs.95-96, *apud* Gorz (1998:50).

¹¹ Michael Hardt e Antonio Negri, *Il lavoro di Dionísio, Manifesto Libri*, 1995, pags.105-106. *Apud* Gorz (1998:50)

Exatamente por ter partilhado de semelhantes posições em defesa da autonomia operária no início dos anos sessenta, Gorz¹² (1998:51), sem dificuldades, retira de tais afirmações seu postulado implícito, ou seja, "que a autonomia *no* trabalho engendra por si mesma a exigência e a capacidade dos trabalhadores de suprimir todo limite e toda trava ao exercício de sua autonomia. "

Essa autonomia no trabalho tornou-se possível a partir da reestruturação produtiva processada pelo modelo pós-fordismo nas últimas duas décadas. O trabalhador da grande indústria deixa de ser um simples apêndice da máquina, um simples executor de tarefas repetitivas, em obediência a determinações pré-estabelecidas pela gerência, e passa a acumular uma diversidade de responsabilidades antes impensáveis na lógica da produção fordista.

Substitui-se a produção em massa de produtos padronizados pela produção de bens diferenciados e qualificados, os quais sofrem a intervenção direta dos canais de comunicação desenvolvidos para a captação dos "desejos" de consumo, necessidade essa imposta pela conquista de novos mercados. Para superar a saturação dos mercados que inviabilizou a permanência da lógica fordista de produção, fez-se uso da inovação tecnológica e da obsolescência acelerada de produtos.

Devia obter-se, (...), a capacidade de produzir uma variedade crescente de produtos em prazos cada vez mais curtos, em quantidades reduzidas e a preços mais baixos. De quantitativo e material, o crescimento devia tornar-se 'qualitativo' e 'imaterial'.(Gorz, 1998:36)

Ainda mais, segundo Teixeira (mimeo II :20),

o padrão dominante de concorrência – maior escala/menor preço – tem que mudar para uma estratégia assentada na qualidade, na inovação dos produtos e na flexibilidade. Em decorrência das mudanças na produção e na estratégia de concorrência, o consumo da força de trabalho deve ser radicalmente alterado. Se antes a qualificação do trabalhador estava relacionada com o seu saber técnico, isto é, se ele era treinado para executar uma única e mesma tarefa, hoje se exige do novo trabalhador capacidade de decodificar novos símbolos, comunicar-se tanto verbalmente como por escrito, resolver problemas de novos processos de trabalho, ser autônomo e capaz de antecipar respostas a certos desafios no desenvolvimento de suas atividades. (...). Isto significa que o trabalhador deverá ter a capacidade de [1] gerenciar seu próprio trabalho, [2] verbalização e comunicação, [3] produzir em equipes.

Tais transformações na base da atividade produtiva do trabalhador vão causar profundas alterações na relação capital-trabalho. Essa é a aposta política que fazem os teóricos da intelectualidade de massa. Se por um lado, a flexibilidade, a desregulamentação, a heteroginização da classe trabalhadora (trabalhadores permanentes, temporários, autônomos, etc.), a diminuição dos postos de trabalho decorrentes da reestruturação produtiva acarretam repercussões incomensuráveis na vida de milhares de indivíduos e impedem que o trabalho assalariado permaneça como única fonte de garantia à sua sobrevivência, por outro, essa mesma reestruturação

¹² O que para ele não se revelou suficiente. Falta "uma autonomia cultural, moral e política que a prolongue e que não nasce da cooperação produtiva mesma, senão da atividade militante e da cultura da insubordinação, da rebelião, da fraternidade, do debate livre, da posição radical (o que vai à raiz das coisas) e da dissidência que ela produz."(Gorz,1998:51).

produtiva vai gerar espaços de autonomia e de reconstituição da subjetividade do trabalhador¹³ que lhe abrem a possibilidade de ganhar independência do capital, e impor as bases de uma sociedade emancipada.

No momento em que o pós-fordismo integra a comunicação¹⁴ ao ciclo de reprodução do capital, segundo Lazzarato (1993:111-119), ocorre uma redefinição na relação produção-consumo. O consumo de uma mercadoria não mais se realiza no ato de sua destruição, se preserva enquanto comunicação. O consumo passa a ser produtivo e impulsionador de novas produções; ele se caracteriza como consumo de informação. Interessa à empresa inserir o consumidor na fase preliminar da produção (“Um produto antes de ser fabricado deve ser vendido.”) e fazer dele um “parceiro” no processo de criação – o consumidor intervém na definição do produto e o mantém em constante evolução; o resultado (o produto, o serviço) é uma “construção social e um processo social de ‘concepção’ e de inovação.”

Daí aparece uma categoria de trabalho que não trabalha com a matéria, ou seja, com a transformação imediata da natureza, mas com relações sociais organizadas pela comunicação: o trabalho imaterial¹⁵.

O trabalho imaterial se encontra no entrecruzamento (na interface) desta nova relação produção/consumo. É o trabalho imaterial que ativa e organiza a relação de produção/consumo(...). A especificidade da mercadoria produzida pelo trabalho imaterial (seu valor de uso encontra-se essencialmente em seu conteúdo informacional e cultural) consiste no fato que ela não é destruída no ato de consumo, mas ela alarga, transforma, cria o envolvimento ideológico e cultural do consumidor. Ela não reproduz a capacidade psíquica da força de trabalho, ela transforma seu utilizador. (Lazzarato, 1993:114)

Ocorre, portanto, no pós-fordismo, um deslocamento da importância do trabalho imediato, da produção material, no processo de valorização do capital em favor do trabalho imaterial. Com ele, o que era simples reprodução e conservação do *status* produtivo, o trabalho passa a apresentar um caráter transformador, criativo, por meio da ação direta e ativa do consumidor.

Para isso, o desenvolvimento da ciência e sua intensiva aplicação tecnológica (microeletrônica, robótica, automação) na produção é condição fundamental. No conjunto de recursos utilizados na

¹³ Transforma-se também o papel do empresário, segundo Negri (1999:67). Surge a figura do empresário político. Sua atividade, "É uma atividade política, propriamente política, pois ela é dimensionada às medidas do conjunto da cooperação social, é uma práxis de transformação adequada à nova composição do trabalho social (completamente exterior ao capital)."

¹⁴ “A expansão das redes comunicacionais sob o impulso da difusão das tecnologias digitais e da fibra ótica, com o processo de desenvolvimento das superinfolvias e do chamado Multimídia Interativo participa de um processo de transformação radical do modo de produção. A comunicação torna-se dessa forma uma atividade imediatamente produtiva e, de forma mais ampla, o modo mesmo de integração produtiva dos momentos de consumo.” Cocco (1995:5)

¹⁵ Trabalho imaterial compreende as atividades relacionadas à produção audio-visual, publicidade, moda, *marketing*, teles, informática, etc.

produção a ciência passa a ocupar um papel proeminente transformando-se na principal força produtiva e o trabalho vivo vai sendo gradativamente removido das antigas atribuições típicas do trabalho fordista. O conhecimento científico possibilita que a produção de um bem passe a exigir um quantum de trabalho necessário cada vez menor.

Essa tendência (mas não só isso, como veremos) já era apontada por Marx ¹⁶em 1857, nos *Grundrisse*, e é com base nela que tais teóricos desenvolvem a tese do papel transformador do trabalho imaterial na produção e reprodução sociais atuais. Numa passagem sumária, Marx (1985:230) se refere ao conhecimento ou *Knowledge* social geral como uma força produtiva imediata e ao fato de que o *general intellect* (intelecto coletivo) passa a controlar o processo de vida social, ambos vinculados ao desenvolvimento do capital fixo.

No entanto, a utilização dessa tão citada passagem de Marx nos *Grundrisse* não autoriza que dela se retire conclusões que a destituam das complexas e contraditórias relações impulsionadas pelo capital em tal contexto de desenvolvimento acelerado das forças produtivas. O capital continua a constituir a força objetiva que impulsiona tanto o desenvolvimento da ciência como a redução da força de trabalho imediatamente aplicada na produção.

O reconhecimento da ciência como força produtiva imediata e a redução do tempo de trabalho¹⁷ na produção de um bem não tem como corolário a eliminação do trabalho produtivo, pois ao mesmo tempo em que o capital “libera” trabalho, e ele ainda está presente e garantindo a continuidade do processo de sua valorização, conta com o aumento relativo do trabalho excedente. Essa contrapartida é a garantia que exige para as inovações que implementa. Tendo em vista as necessidades de seu processo de acumulação e valorização, nada ocorre “fora’ da relação com o capital’, ainda que a aparência transformadora que imprime nas medidas pretensamente saneadoras da crise possa supor um recuo, e cessão de espaços de liberdade ao trabalho. Da mesma forma, a objetividade das medidas que o capital tem implementado na reestruturação produtiva em nada se assemelham à reação de um “aparato vazio” ou de um “fantasma” que tenha perdido sua força estruturadora ou abandonado a realização de seus objetivos reprodutivos.

Não estamos diante de um processo em que o pólo dominante encontra-se em esvanecimento ou cuja direção e objetivos encontram-se em disputa equilibrada. Há um senhor, e será sempre o capital enquanto este conseguir impor a lógica de sua autovalorização à totalidade social.

¹⁶ “Na medida (...) em que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva se torna menos dependente do tempo de trabalho e do quantum de trabalho empregados, que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que por sua vez - sua *powerful effectiveness* - não guarda relação alguma com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, senão que depende mais do estado geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação desta ciência à produção.” Marx (1985:227)

¹⁷ “Na medida, (...), em que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva se torna *menos* dependente do tempo de trabalho e do quantum de trabalho empregados (...).”(Marx,1985:227) – grifo nosso.

Não é por menos que Marx (1985:227) subintitula a referida passagem dos Grundrisse como a “Contradição entre a base da produção burguesa (medida de valor) e seu próprio desenvolvimento. Máquina, etc.”, e faz a seguinte constatação:

O capital mesmo é a contradição em processo, [pelo fato de] que tende a reduzir a um mínimo o tempo de trabalho, enquanto que por outra parte põe o tempo de trabalho como única medida e fonte de riqueza.

Quando se alega que no pós-fordismo o trabalhador encontra condições de reintegrar o trabalho intelectual e o manual em sua atividade produtiva, o que se tem observado é que permanecem limites intransponíveis à conquista da autonomia no que se refere às decisões *do que* produzir e *para quem* produzir, restando como campo de exercício à cooperação produtiva, à criação, e à constituição de sua subjetividade, a colaboração e o aperfeiçoamento no processo *do como* melhor produzir a menores custos. Não para que se possa usufruir o tempo disponível ou trabalho “liberado”, mas com o fim de se assegurar as taxas de mais-valia necessárias à continuidade do regime de acumulação do capital.

O que se vê como efetivo resultado das novas relações de produção é a diluição dos antagonismos e o incentivo à colaboração e à parceria com o capital¹⁸. É a restrição elitista dos postos de trabalho num extremo, e a transferência das antigas e precarizadas condições de trabalho a unidades produtivas externas (subcontratadas) pela grande empresa, no outro.

O que parece ser um usufruto socializado do avanço tecnológico na produção, ou seja a “liberação” do trabalho, nada mais é que uma pré-condição e não um resultado da expansão da maquinaria. Uma das condições à implantação da maquinaria é exatamente o excesso de força de trabalho e não a “liberação” do trabalho pesado e repetitivo em benefício do trabalhador. A maquinaria

Não entra em cena para substituir força de trabalho faltante, senão para reduzir a sua medida necessária a que já existe massivamente. A maquinaria só se introduz ali onde a capacidade laboral existe em massa. (...). Este efeito da maquinaria só se produz na medida em que está determinado como capital fixo, e está determinada enquanto tal porque o operário se relaciona com ela como assalariado, e o indivíduo ativo em geral como mero operário. (Marx, 1985:225)

Marx apontava essa tendência ao aumento do tempo disponível do trabalhador, e mesmo a necessidade de sua universalização como condição ao projeto emancipatório dos trabalhadores,

¹⁸ Com a substituição do trabalho imediato pelo *knowledge* e pelos fluxos de comunicação, e por consequência, com a desnecessidade do antagonismo anteriormente presente na relação capital-trabalho, “onde antes havia concorrência, é preciso introduzir a parceria: onde havia o monopólio e o segredo da produção, é preciso haver troca: onde havia intrigas, é preciso haver colaboradores.” (Teixeira, 1995:25).

mas não só isso. Uma vez que o elemento determinante da reprodução social ainda permanece sendo o capital, o tempo disponível gerado tem uma “existência antitética”.

Quando trata, nos *Grundrisse*, da transformação da ciência em pilar fundamental da produção e da riqueza, e da resultante diminuição do trabalho imediato, está se referindo à necessidade de junto a isso haver o desaparecimento da mais-valia, e de sua acumulação como condição da produção de riqueza. Só numa sociedade futura onde “desaba a produção fundada no valor de troca” e “o valor de troca deixe de ser a medida do valor de uso”, bem como desaparece a “necessidade premente”, cessa o antagonismo entre o capital e o trabalho¹⁹.

Dessa forma, o uso que se faz da passagem dos *Grundrisse* para fundamentar o potencial emancipador do trabalho imaterial e as condições já postas de se constituir um sujeito “fora” da relação com o capital, não pode ser creditada a Marx. Os teóricos da intelectualidade de massa reivindicam, talvez pela mesma razão, a necessidade de se encontrar uma “nova forma de exposição” para os antagonismos e as contradições mais adequadas à época atual.²⁰

É também em relação a ele, mas agora no sentido de negar a validade de sua tese sobre a relação produção-consumo (“forma clássica de reprodução do ‘capital’”) para a era do pós-fordismo, que Lazzarato (1993:111-112) vai dizer que a mercadoria pós-industrial não mais desaparece no ato de consumo, como dizia Marx em 1857. “Ao contrário, seu consumo deve ser produtivo de condições de novas produções.” O consumo torna-se um consumo de informação, a qual sofre efeitos de ampliação, criação e renovação, e não de extinção.

A empresa volta-se ao consumidor, procura captar as tendências do mercado através de estratégias de comunicação e de *marketing*. Preocupa-se muito mais com as políticas de comercialização e de financeirização que com a produção. Esta torna-se resultado das designações do mercado previamente identificadas pelas interações comunicativas. A mercadoria pós-industrial, assim, “parece (...) o resultado de um processo de criação que envolve tanto o produtor como o consumidor.” Lazzarato (1993:113)

O trabalhador pós-fordista encontra-se imerso nesse processo de criação coletiva²¹, sendo uma das estratégias centrais das grandes empresas, com a reestruturação produtiva (flexibilidade nas tarefas, rapidez nas inovações tecnológicas como forma de garantir a produtividade e o ajuste da

¹⁹ “Tão logo o trabalho em sua forma imediata cessou de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem que deixar, de ser sua medida e, portanto, o valor de troca [deixa de ser a medida] do valor de uso. (...) Com isso desaba a produção fundada no valor de troca, e ao processo de produção material imediato se lhe tira a forma da necessidade premente e o antagonismo.” Marx (1985:228)

²⁰ “O trabalho imaterial se constitui sob formas imediatamente coletivas, e não existe a não ser sob a forma de rede e fluxo. A submissão à lógica capitalista da forma de cooperação e do ‘valor de uso’ desta ‘atividade’, não retira a autonomia e a independência de sua constituição e seu sentido. Ao contrário, ela estende os antagonismos e contradições que, no mínimo, para retomar uma fórmula marxista, demanda uma ‘nova forma de exposição’”. Lazzarato, 1993:117)

²¹ Os operários “Devem refletir sobre os meios de melhorar e de racionalizar a concepção do produto; sobre os possíveis melhoramentos dos procedimentos e da organização do sistema. Para isso, devem debater entre eles, por-se de acordo, saber explicar-se e escutar-se, estar dispostos à autocrítica, a aprender, a evoluir continuamente.” (Gorz, 1998:40)

produção à demanda), o incentivo à cooperação produtiva espontânea. Com essa recuperação, no pós-fordismo, da integridade entre os momentos da criação e da execução torna-se possível a ele “converter-se no padrão coletivo de seu trabalho coletivo.” Gorz (1998:40)

Mas se examinarmos em que se apoia, e como permanece dominante o sistema de mercadorias vigente veremos que, de fato, a predição acima não tem como se realizar. Pois, ao mesmo tempo em que o capital dá margens ao desenvolvimento das potencialidades intelectuais e criativas do trabalhador, não abre mão de assegurar-se que a produção de riquezas não se lhe escape às mãos²². Até mesmo nas experiências mais avançadas onde predominou o “compromisso negociado”, este “seguia estando a serviço de uma eleição de produção que nem os próprios trabalhadores nem os cidadãos-usuários haviam podido discutir.” Uma vez que, o fim e o sentido do trabalho coletivo “eram, em última instância, a valorização ótima do capital.” Gorz (1998:44-45)

Mas mesmo que ignorássemos este aspecto, e suas implicações na validade histórica da tese de autonomia operária contida na concepção liberadora do trabalho imaterial, ainda enfrentamos uma dupla mistificação na era do pós-fordismo. Em primeiro lugar, ao idealizarmos as vantagens comparativas do trabalho flexibilizado frente ao trabalho disciplinado e repetitivo, bem como a superação da divisão social do trabalho intelectual e manual, as entendemos como consolidadas. O que se observa, no entanto, é que as experiências até aqui realizadas colocam uma série de empecilhos à universalização do pós-fordismo, tendo em vista a persistência de métodos típicos da produção fordista-taylorista²³.

Conforme indicação de Coriat ocorrem casos de combinação de *team work* e de mandato autoritário, como se viu na GM-Califórnia, GM/Suzuki-Canadá e Nissan-Inglaterra.

“Em nenhuma das fábricas em que se introduz a *lean production* se pode falar de abolição do taylorismo, da estandarização, do trabalho em cadeia e da ditadura do cronômetro. (...) a intensificação do trabalho tropeçou por toda parte com a resistência operária. Esta se traduz em especial pelo repúdio do *kaizen*, isto é, o repúdio a apresentar propostas com vistas a melhorar a qualidade do produto e o rendimento do trabalho. As propostas são lançadas de pára-quebras pelos comandos ou (em Eisenach) obrigatório sob pena de supressão da gratificação.”²⁴

A cooperação produtiva não parece, então, tão espontânea e liberadora. E torna-se mais contundente tal afirmação quando encontramos nas indústrias automobilísticas japonesas, ao mesmo tempo e ao lado do *kanban* e do *kaisen*, o *karoshi* – morte por esgotamento psíquico. Pesquisas oficiais comprovam que são significativos os índices de fadiga crônica e do estado de esgotamento dos trabalhadores no final da jornada.²⁵

²² “O capital não aplica certos princípios a não ser que haja condições de precaver-se de antemão contra o uso autônomo, por parte dos operários, das parcelas de poder que lhes foram concedidas.”(Gorz,1998:46)

²³ Grandes empresas pós-fordistas convivem (e necessitam) de inúmeras empresas subcontratadas como suas fornecedoras de mercadorias semi-acabadas. Essa são cada vez mais taylorizadas “à medida que nos afastamos do cume”. Gorz(1998:58)

²⁴ *apud* por Gorz(1998:42)

²⁵ Ver Gorz (1998:41)

Em segundo lugar, os trabalhadores da produção material ou da imaterial (“os manipuladores de símbolos”) que, de acordo com os teóricos da intelectualidade de massa, se tornam independentes das relações patronais, que realizam a cooperação social produtiva fora e contra a relação de capital e são senhores de seu próprio negócio, não se encontram imunes às leis da concorrência que continuam a reger a economia de mercado. Seu serviço, sua obra, seu produto, mesmo que realizados através de uma atividade menos alienada torna a se encontrar com as leis do mercado no momento da circulação, *ex-ante* (matéria-prima, equipamentos, recursos humanos e financeiros, etc.) ou *ex-post* (venda, recapitalização, etc.) à própria produção. E num sistema que em sua totalidade (hoje mais do que nunca sacramentada pela globalização) vigora a troca de mercadorias, não há espaço para um dualismo entre autonomia e heteronomia, como nunca houve entre economias periféricas e centrais, entre primeiro mundo e terceiro mundo.

Para além dessa visão macroscópica, se nos voltarmos para as reais condições de sobrevivência autônoma desses trabalhadores independentes, o que observamos é que constituem-se em apêndice da grande empresa e em elementos de regulação da concorrência capitalista.

A produção pós-fordista nas grandes empresas, ao aumentar continuamente o capital fixo, leva a crer que o trabalho vivo torna-se supérfluo, mas o que ocorre é que processa uma transferência cada vez maior do trabalho vivo para micros, pequenas e médias empresas através da subcontratação. E aí,

Constituem-se todos como fornecedores de trabalho ‘materializado’, porque, agora, a compra e venda da força de trabalho são veladas sob o véu da compra e venda de mercadorias semi-elaboradas. (...) trata-se de uma forma de dispêndio de trabalho que levou às últimas conseqüências o trabalho abstrato, como forma específica e particular de produção de valor e de mais-valia. (Teixeira, 1995:30-31)

Cria-se uma relação diferente das anteriores, no sentido em que os envolvidos agora não mais se defrontam como trabalhador e capitalista, são parceiros, são comerciantes negociando produtos equivalentes²⁶. A condição de senhor de seu próprio negócio cria uma ilusão de autodeterminação e liberdade, mas para que ele sobreviva enquanto produtor independente tem que seguir as determinações impostas pela concorrência através dos custos do produto, da qualidade exigida e do padrão tecnológico mais eficiente. E se não os alcança tem que absorver os prejuízos decorrentes das quebras de contrato ou da recusa dos produtos.

Enquanto nas unidades finais de produção podem ser integralizadas a concepção e a execução, incentiva-se o trabalho em equipe e a participação do trabalhador nas inovações e otimização dos processos de trabalho (ainda que, com os problemas anteriormente levantados), nas unidades subcontratadas recuperam-se formas arcaicas de pagamento por peça, determina-se externamente (na empresa compradora) o tempo de trabalho necessário por mercadoria e seu preço. “... essas

²⁶ “Essa forma de produção de mercadorias leva às últimas conseqüências a natureza cosmopolita do capital, na medida em que ela repõe a ideologia da troca de equivalentes e, assim, restabelece o dogma da propriedade fundada no trabalho próprio.” Teixeira (mimeoII:27)

novas formas de organização do processo de trabalho *re-põem*, em novas bases, as leis da circulação simples de mercadorias.”(Teixeira,mimeoII:25)

O produtor independente de mercadorias não tem como escapar à lógica da acumulação,

ou se transformará pouco a pouco num pequeno capitalista, que também explora trabalho alheio, ou poderá perder seus meios de produção (...). Esta é a tendência na forma da sociedade onde predomina o modo de produção capitalista.²⁷

E, assim, para manter-se no mercado em constante evolução, ao invés da liberdade de produtor independente passa a utilizar o subarrendamento do trabalho e a reproduzir a exploração do trabalho alheio – trabalhador explorando trabalhador. Adquire a liberdade de explorar sob a mistificação da liberdade de produzir conscientemente um produto reconhecido por ele como resultado de suas habilidades e talentos. No entanto, esses novos trabalhadores independentes são apenas “Soberanamente livres nos limites impostos por outro; livres para realizar os fins de um amo, mas só para isso.” (Gorz,1998:53)

O trabalho independente e autônomo cumpre outro papel no conjunto da produção capitalista; aparece como alternativa individualista e conformista frente aos antagonismos de classe, e comporta-se com indiferença quanto ao destino reservado às massas de desempregados e precarizados. É a política do salve-se quem puder.

A dispersão das concentrações operárias fabris em pequenas unidades de cooperação produtiva somada ao “dogma da propriedade fundada no trabalho próprio” e no culto da “identidade de empresa”²⁸(*corporate identity*) implodem as bases objetivas e subjetivas da solidariedade e da identidade de classe²⁹, condição indispensável a qualquer ação política e sindical mais ofensiva contra as atuais condições de existência da classe trabalhadora. E reverter essa situação implica em se combater as mistificações engendradas pela ideologia dominante e no desvelamento do papel

²⁷ Marx, Karl. Teorias da Mais-Valia – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. I, p.401, 1980. *Apud* Teixeira (mimeoII:4)

²⁸ As empresas no Japão, EUA e Europa que utilizam a *lean production*, “não contratam mais que operários jovens, escolhidos com cuidado, sem passado sindical(...). (...) não contratam mais que a operários *despojados de sua identidade de classe*, de seu lugar e seu pertencimento à sociedade global.” Oferecem uma identidade de empresa que implica numa formação profissional, comportamento, vocabulário, vestimenta específicos à empresa. (Gorz,1998:46)

²⁹ Num relatório de pesquisa, realizada em Barcelona no ano de 1995, com “trabalhadores de gerações passadas e presentes” nos setores automobilístico, eletrônico, portuário, de maquinaria, ferroviário, elétrico e autônomo, Petras (1996:12-82) afirma que “A modernização debilitou o sentido de compromisso comunitário nos assuntos sociais e criou maior atomização social e desarticulação das organizações sociais, especialmente entre a gente jovem.” Nos trabalhadores jovens, já aptos ao mercado de trabalho nos anos 80 e 90, “A tendência é aceitar as circunstâncias (...) e tirar partido das circunstâncias conforme vão se apresentando.” E mais, “O isolamento social dos jovens trabalhadores reforça seu sentimento de impotência social e confirma seu ponto de vista individualista. “ Quanto à disposição à sindicalização o que ocorre é que ”Devido ao medo profundo a que qualquer expressão de solidariedade de classe possa contrariar os empresários, a maioria dos trabalhadores temporais evitam unir-se a algum dos sindicatos (ou se unem ao sindicato ‘colaboracionista’) ou, se de fato se ‘afiliam’, ocultam seu pertencimento.” Enfim, sendo temporais, hoje, 95% dos novos contratos trabalhistas (e sem a chance de a grande maioria se converter em fixos), “O problema de [organizá-los] apoia-se não só nos obstáculos ‘objetivos’ criados por uma legislação trabalhista adversa, um Estado hostil e uns empresários agressivos; é também subjetivo.”

subordinado designado ao trabalho na sociedade onde vigora a lógica do lucro e da acumulação de capital, seja ele qual complemento designativo possuir.

Sem dúvida, a realidade das transformações atuais tem exigido esforços inusitados para se entender minimamente seu movimento e as tendências que aponta. Não podemos, contudo, subestimar os artifícios utilizados pelo capital, seja para evitar o aprofundamento da crise, seja para quebrar a resistência dos trabalhadores. Ou ainda, captarmos apenas suas manifestações mais epidérmicas e, desta parcialidade, tirarmos conclusões categoriais que percam de vista que “Enquanto o desenvolvimento das forças produtivas for mediado pela forma capital, o saber técnico e científico permanece uma mercadoria chave e fundamental na concorrência capitalista.” (Teixeira, 1995:30)

Não parece estarem postas, portanto, as condições de liberação do trabalhador.

O capitalismo, em qualquer das suas variantes contemporâneas, da experiência sueca à japonesa, da alemã à norte-americana, (...), não foi capaz de eliminar as múltiplas formas e manifestações do *estranhamento*³⁰, mas, em muitos casos, deu-se inclusive um processo de intensificação e maior interiorização, na medida em que se *minimizou* a dimensão mais explicitamente despótica, intrínseca ao fordismo, em benefício do ‘envolvimento manipulatório’ da era do toyotismo ou do modelo japonês. (Antunes, 1995:91)

Ao contrário de entrarmos num novo século mais aptos a movimentos emancipatórios encontramos enormes indícios de reedição de antigas formas de trabalho do século XVIII contra as quais lutar. Em lugar da eliminação do trabalho como elemento fundamental da produção de riquezas vemos o capital inovando no sentido de criar formas mais complexas e combinadas de trabalho material e de trabalho imaterial, com características inovadoras e retrógradas, mas que em nada anunciam a emergência de sua superação. Ou que, de fato, lhe interesse a abolição do trabalho, ou que possa dar continuidade ao ciclo da acumulação numa sociedade onde o capital fixo (a concretização da riqueza) possa existir sem a presença ativa do trabalho vivo estranhado.

Assim, muito mais que falar em superação do sistema de produção capitalista ou em possibilidades de se desenvolver, em seu interior, nichos expansivos de subjetividades autônomas, pudemos constatar sua permanência, ainda que, metamorfoseada.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A velocidade das transformações ocorridas no capitalismo dos últimos 20 anos tem deixado atônitos tanto capitalistas desavisados como trabalhadores desinformados. Um movimento contínuo de adaptação às novas circunstâncias históricas tem mobilizado o capital no sentido de readaptar-se às novas regras da competição mundializada, e o trabalho, com o intuito de preservar sua fonte

³⁰ “é entendido como a existência de barreiras sociais que se opõem ao desenvolvimento da individualidade em direção à omnilateralidade humana (...).” (Antunes, 1995:91)

de sobrevivência, tem se esforçado em defender-se das mistificações da reestruturação produtiva apresentadas como tendo surgido em seu benefício.

A crise atual, apesar da profundidade inigualável aos ciclos anteriores, não se apresenta sem saída (ainda que esta contenha um caráter protelatório), ou como um risco imediato à soberania do capital sobre o trabalho. Mas isso não é tudo. Afinal, o capital é produto de uma relação social e, portanto, sua estabilidade depende de uma correlação de forças favorável construída em detrimento do campo do trabalho.

Não é demais lembrar que em passado remoto já se afirmava que o capital criava as condições para sua própria eliminação com a socialização do trabalho fabril. Mas também que não bastava isso; à classe operária cabia fazer a escolha revolucionária, e desenvolver um espírito de classe para si. (Até o momento não dispôs das condições necessárias para reverter em favor de sua emancipação as dificuldades expansivas do capital.)

Atualmente, a situação não se apresenta muito diferente. Como vimos, no pós-fordismo, a luta operária encontra-se em franca desvantagem e predomina uma atitude defensiva, a despeito de manifestações políticas populares isoladas tanto nas economias centrais como nas periféricas. As condições de exploração permanecem até o momento, tendo sido agravadas e intensificadas na seqüência da crise do fordismo. Como decorrência, cada vez maiores dificuldades são enfrentadas para a constituição da consciência de classe necessária a um confronto radical com os interesses do capital. Mesmo o conceito do antagonismo das classes tem sido diluído pela ideologia pós-fordista e substituído pela defesa da cooperação e da parceria.

Os teóricos da intelectualidade de massa apontam, no entanto, para as vantagens comparativas conquistadas pela resistência operária e a recusa ao salário³¹, as quais, por conseguinte, levam a uma potencialização da autonomia na produção, seja através do trabalhador polivalente das grandes empresas, seja do trabalhador autônomo independente (proprietário de seu próprio negócio, ou eventual). Considera-se que ao lado da precarização do trabalho surge a autonomia, contraface emancipadora da exploração capitalista.³²

Junto a isso, afirmam: o crescimento da importância do trabalho imaterial vem atender às novas exigências da produção pós-fordista que tem por base a economia da informação. O trabalho

³¹ Com a demissão voluntária (ou a recusa do salário) o operário dá um passo no sentido da autonomia operária - migram para atividades em pequenas fábricas e se negam enquanto força de trabalho. Desejam quebrar a relação capital-trabalho. É o que pensam os teóricos da intelectualidade de massa.

³² O sentido progressista da flexibilização da produção presente no pós-fordismo foi partilhado também, conforme nos indica Navarro (1993:180), "por alguns setores da esquerda. *Marxism Today* no Reino Unido, *Socialist Review* nos Estados Unidos e *Temps Modernes* na França foram os principais impulsionadores do que se conhece hoje como pós-fordismo."

imaterial³³ apresenta-se nas mais variadas atividades produtivas onde se *re-compõem* o saber e o agir³⁴; tanto compartilha das atividades industriais, como designa as atividades comunicativas e informacionais restritas à esfera da circulação. “O processo de comunicação social (e seu conteúdo principal, a produção de subjetividade) torna-se (...) diretamente produtivo porque de uma certa maneira ele ‘produz’ a produção.” (Lazzarato, 1993:114-115)

A dimensão subjetiva do trabalho é o grande centro de suas formulações, e absorve todo o foco das análises desenvolvidas. O que não traria qualquer problema à investigação da complexa realidade atual se não deixassem, ao anunciar as condições dadas de autonomia do trabalho, de considerar que permanecem as condições de existência engendradas pela sociedade de classes e pela exploração do trabalho alheio, e que as transformações atuais não chegam a interditá-las a ponto de permitir a constituição de uma autonomia operária. E se, junto a isso, o caráter produtivo atribuído ao trabalho imaterial não passasse ao largo da efetiva relação de subordinação que toda atividade produtiva (e improdutiva) mantém com o capital, como já sublinhado anteriormente, e com as condições objetivas determinadas por sua acumulação.

Mais importam os efeitos e repercussões do trabalho imaterial que impactam positivamente (segundo eles) a subjetividade, e a essa esfera pertencem todos os atributos e conseqüências emancipadoras a ele atribuídas.

Dada a prevalência do plano da subjetividade (mesmo a crise atual, para esses teóricos, não é determinada objetivamente, mas subjetivamente) frente às relações objetivas que sustentam a reprodução social, perde importância o fato de que não se pode falar em trabalho, seja material, ou imaterial, sem situá-lo no contexto da formação social dominada pelo capital. Sem levar em conta que

O conceito de trabalho produtivo (por conseguinte, de seu contrário, o trabalho improdutivo) repousa sobre o fato que a produção do capital é produção de mais-valia, e que o trabalho que ele emprega é o trabalho produtor de mais-valia. (Marx, 1968:399)

Não há necessidade de se contrapor trabalho material e trabalho imaterial, ou de se criar uma hierarquia entre eles, quando se compreende que a distinção mais relevante, do ponto de vista da emancipação e desenvolvimento das individualidades, visando uma sociedade futura, está baseada na produção de mais-valia e na apropriação privada ou não do excedente – fonte de vida do capital e sustentáculo da atual forma de vida social. O trabalho imaterial pode assumir tanto um caráter produtivo como improdutivo, nos termos indicados por Marx, mas não há como ser previamente

³³ “A noção de trabalho imaterial quer levar em conta o novo valor de uso das forças de trabalho na forma geral da atividade de todo sujeito produtivo da sociedade pós-industrial. Ela engloba tanto o operário qualificado do qual se tenta controlar a personalidade quanto o conjunto das figuras sociais (trabalhadores precários, informais, desempregados, estudantes, estagiários..) que constituem a virtualidade social do paradigma produtivo baseado na comunicação.” Cocco (1995:13)

³⁴ Diferente do “**fazer** (execução passiva de uma seqüência operativa normada ex-ante)” contido no trabalho material, a **ação**, no trabalho imaterial, constitui uma “atividade subjetiva fortemente interligada com a produção comunicativa.” Cocco (1995:15)

determinada sua função sem que se examine sua forma social³⁵ e, por conseguinte, sua ação sobre a consciência operária.

Sem dúvida, a sociedade atual está repleta de novas atividades e funções laborativas que permeiam a esfera da produção e da circulação, e delineiam uma totalidade bem mais complexa que a de algumas décadas atrás. Investigar suas determinações e efeitos na vida dos trabalhadores é tarefa inadiável, principalmente quando consideramos que Marx, teórico que mais profundamente criticou e desmistificou os princípios da economia clássica, não deu por concluído seu estudo sobre as formas variadas de trabalho na sociedade capitalista³⁶.

A tendência crescente de diminuição dos postos de trabalho na produção e o crescimento inegável do setor de serviços têm provocado inúmeros estudos sobre quais relações estão sendo estabelecidas entre o setor produtor de bens materiais e aqueles típicos da esfera da circulação. Os teóricos da intelectualidade de massa têm, portanto, um mérito exploratório, mas pensamos que as respostas ainda não foram encontradas, nem estão contidas nas formulações sobre o trabalho imaterial até agora elaboradas.

O desafio continua em aberto. E devemos perseverar nele.

³⁵ “a existência de uma classe trabalhadora como tal não depende das diversas formas concretas de trabalho que lhe cabe desempenhar, mas, isto sim, de sua forma social. O trabalho posto em ação na produção de bens não está por isso nitidamente separado do trabalho aplicado à produção de serviços, visto que ambos são formas de produção de mercadorias, e produção em base capitalista cujo objetivo é a produção não apenas de valor de troca mas de valor excedente para o capitalista. A variedade de determinadas formas de trabalho pode influir na consciência, coesão ou atividade econômica e política da classe trabalhadora, mas não afeta a existência dela como classe.” Braverman (1981:347)

³⁶ “a parcela do capital comercial convertida em capital variável (isto é, em trabalho assalariado) seria diferente de todo outro capital variável que cria valor e valor excedente. Esta diferença entre o capital gasto como salários para a produção e para trabalhadores comerciais, Marx menciona como uma ‘dificuldade’. Segundo Braverman (1981:355), deixa indicações em seu texto sobre a pretensão de tratar desses assuntos posteriormente

5. BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e Capital Monopolista. A Degradação do Trabalho no Século XX*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

COCCO, G. "As dimensões produtivas da comunicação no pós-fordismo." *In Série Estudos e Debates* – n. 5 – Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Dezembro de 1995.

GORZ, A. *Misérias del Presente, Riqueza de lo Possible*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1998.

LAZZARATO, M. "Le 'cycle' de la production immatérielle." *In Futur Antérieur* – n.16 – pags. 111-120 – Paris: Éditions L'Harmattan, 1993.

MARX, K. "Matériaux pour l'Économie". *In Oeuvres – Économie* – II. Paris: Éditions Gallimard (Bibliothèque de la Pléiade), 1968.

MARX, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858* – V. 2. México: Siglo Veintiuno Editores, 1985.

MARX, K. *Teorias sobre la Plusvalia*. Tomo I. Buenos Aires: Editorial Cartago, 1974.

NAVARRO, V. "Produção e Estado de Bem-Estar. O contexto político das reformas." *In Lua Nova* - n.28-29. São Paulo: CEDEC, 1993.

PETRAS, J. "Padres – Hijos – Dos Generaciones de Trabajadores Españoles." *In Ajoblanco Especial* – n.3, Barcelona, 1996.

RUBEL, M. "Apresentação"- *In "Matériaux pour l'Économie"- In Oeuvres – Économie* – II. Paris: Éditions Gallimard (Bibliothèque de la Pléiade), 1968.

TEIXEIRA, F.J.S. "O Capital e suas Formas de Produção de Mercadorias, enquanto Momentos Atualizadores de O Capital." – mimeo II – Fortaleza: 1998.

TEIXEIRA, F.J.S. "Universalidade e Globalização: Formas Distintas de Sociabilidades?" – mimeo I – Fortaleza: 1998.

TEIXEIRA, F.J.S. *Pensando com Marx. Uma Leitura Crítico-Comentada de O Capital*. São Paulo: Editora Ensaio, 1995.